

<b>53º Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural</b> <b>realizada em 11 de março de 2020 realizada em Caruaru</b>		
<b>1ª CHAMADA</b>	14h	
<b>2ª CHAMADA</b>	14h20min	
<b>FINAL</b>	17hmin	
<b>Conselheiro(a)s Sociedade Civil</b>	Titulares	Adélia Collier (Design e Moda), Andala Pereira (Zona da Mata), Arary Marrocos (Agreste), Gabriela Apolônio (Música), Jocimar Gonçalves (Movimentos Sociais), Maria do Livramento Aguiar (Artesanato), Teresinha França (Cultura Popular de Matriz Africana) e Modesto de Lopes de Barros (Sertão)
	Suplentes	Evalado Félix (Circo), Nivaldo Jorge (Artesanato) e Lucivan Max (Agreste)
<b>Conselheiro(a)s Poder Público</b>	Titulares	
	Suplentes	Christiany Souza (Secretaria da Mulher), João Allson Carvalho (UPE) e Felipe Peres (Empresa Pernambucana de Comunicação)
<b>Ouvintes / Convidados</b>	Ana Reis, George Lins e Paulo de Tarso (Equipe de Apoio do Conselho), Luciana Dantas e Mariana Lins (Comissões Setoriais)	
<b>Observação:</b>	1. Primeira reunião realizada fora da Região Metropolitana. Participação de 50 conselheiros do Conselho Municipal de Caruaru, Gestores de Cultura de Caruaru, Patrimônios Vivos de Caruaru e Fazedores de Cultura 2. Os Conselheiros do Conselho Estadual de Política Cultural que partiram de Recife tiveram translado (Recife/Caruaru e Caruaru/Recife) e todos conselheiros alimentação (almoço)	
<b>Composição de mesa</b>		
<b>Abertura da reunião</b>	Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC/PE fez convite para Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, Rubens Júnior.	
<b>Pauta</b>	<b>Votações</b>	<b>Encaminhamentos</b>
1. Avanços e Implantação da Política Cultural em Caruaru; 2. Audiovisual no Agreste e Empresa Pernambucana de Comunicação / TVPE "Situação e Produção Local"; 3. Esclarecimento Sobre a Indicação da Sociedade Civil na Comissão Deliberativa do FUNCULTURA; 4. Aprovação do Parecer Técnico da Convocatória de Ocupação de Pautas do Teatro Arraial; 5. Informes.		1. Recomendações a Secretaria Estadual de Cultura e Fundação do Patrimônio, Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe para que os editais passem pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC conforme ocorre no município de Caruaru; 2. O Conselho Municipal de Cultura encaminhar nomes para composição na Comissão Mista para criação do Fórum Estadual de Conselho de Preservação e Políticas Culturais de Pernambuco; 3. Fiscalizar os recursos repassados para os municípios para evitar a política de balcão; 4. Rediscutir a política de contratações do Estado e dos Municípios; 5. Encontrar meios para garantir a participação da população local nas reuniões do CEPC; 6. Convidar os órgãos de cultura nas reuniões itinerantes do CEPC; 7. Edital de escolha de pareceristas passar pelo CEPC;

		8. Ampliar a comunicação entre CEPC e os Conselhos Municipais de Cultura;
<b>Esclarecimento Sobre a Indicação da Sociedade Civil na Comissão Deliberativa do FUNCULTURA</b>		
	<b>Jocimar Gonçalves</b> – Esclareceu que viemos, eu e Ana Reis, a Caruaru para reunião do Conselho Municipal de Cultura a fim de construir uma pauta conjunta e fazer o convite aos conselheiros municipais para nossa reunião do Conselho Estadual de Política Cultural em Caruaru. A pauta foi divulgada na véspera dessa reunião e não houve tempo hábil para Superintendente do Funcultura se organizar e vim até Caruaru. Ponto de pauta será posto na próxima reunião.	
<b>Avanços e Implantação da Política Cultural em Caruaru</b>		
		<b>Rubens Júnior</b> , Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru iniciou sua apresentação com saudações aos presentes e falar que o município de Caruaru se sente muito honrado em receber cada um e justifico ausência da Prefeita Raquel Lyra que se encontra em atividade formativa. Citou que em Caruaru teve esse ano a escolha dos patrimônios vivos que são 5 sendo 4 pessoas físicas e 1 pessoa jurídica. Quero registrar a presença de dois conselheiros do Conselho Estadual de Política Cultural, Arary Marrocos e Lucivan Max, que são de Caruaru e tanto se esforçaram para trazer essa reunião para município. Estão também presentes conselheiros do Conselho Municipal de Cultura. Já que a pauta são os avanços da política cultural têm inúmeras primeiros encontramos o Conselho Municipal de Cultura que já existia, porém de certa maneira estava desmotivado já que as coisas não ocorriam. A Prefeita de Caruaru, Raquel Lyra, é uma entusiasta dos movimentos culturais, incentivou os dois presidentes que passaram antes de minha gestão e quando cheguei a Presidência da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru em janeiro de 2019 seguir o processo de fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura. Este foi criado pela Lei nº 5.409/2014 e seu regimento pelo Decreto de nº 1081/2019 temos a seguinte composição da sociedade civil dos segmentos de música; ate cênica; cultura popular; agentes culturais; trabalhadores da cultura e produtores culturais; arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural; povos tradicionais; das instituições culturais não governamentais; audiovisual; livro, leitura e literatura; gastronomia; fotografia; design e moda; artes visuais e como representações governamentais são: Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru; Secretaria de Educação; Secretaria Executiva de Imprensa e Comunicação; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; Secretaria de Políticas para Mulheres; Secretaria de Urbanismo e Obras; Secretaria de Saúde; Secretaria de Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Administração; Secretaria de Serviços Públicos; Secretaria de Ordem Pública e Câmara Municipal dos Vereadores. Em 2017, tivemos um avanço fundamental para chegar onde estamos chegando coloco essa expressão com o significado que a caminhada não tem fim. Ainda em 2017, foi criado o primeiro edital de São João e 2018 edital da Semana Santa não foi uma tarefa fácil. Quando começamos a falar de edital poucos acreditaram na sua efetivação e segundo os artistas estavam acostumados a tocar no São João e receber no ano seguinte. Em 2017, lançamos o edital do São João que foi dialogado exaustivamente no Conselho e a construção deste foi feito por uma comissão tirada do Conselho. Os editais do São João e da Semana Santa foram construídos e aprovados no Conselho e ainda foi criado uma Comissão de projetos Especiais para análise de editais municipais. A composição é de dois membros da sociedade civil e dois membros do poder público. Nas criações desses editais identificamos que muitos artistas de Caruaru não tinham condições de participar e começamos a fazer atividades formativas. Outra coisa inédita foi o prazo de pagamento dos artistas, no primeiro ano não teve prazo, no segundo ano a Prefeita entreviu. A mesma quando se reuniu com os artistas locais na sua campanha um dos pleitos era receber o pagamento do São João pelo menos no ano tocado. Em 2017, todos os artistas que participaram do edital receberam até 60 dias após suas apresentações e em 2018 houve outro avanço que não foi pactuado em edital que foi muitos artistas receberem após suas apresentações no palco. Conseguimos pagar grande parte das apresentações do Alto do Mora no dia da apresentação e outros receberam até 55 dias após suas apresentações. Ressalto que a Prefeitura tinha 100% do valor do São João sem edital logo contratava quem quisesse. Então foi proposto fazer um edital e garantimos 60% do valor das contratações terem que ser feitas por edital e prestem bem atenção nessa informação, nos últimos dois anos, foram 72% e 76% do recurso qualificado para contratações artísticas através de edital. Passamos de 60% posto em edital e o restante é para convidados. Além do mais requalificamos o Pátio do Alto do Moura e se tornou a nossa Olinda do Ciclo Junino. No edital do São João os shows podem chegar até 200 mil. Quanto ao edital da Semana Santa são para artistas de Caruaru. Outro pleito da classe artística foi um edital do Patrimônio Vivo de Caruaru foram 5 contemplados nos valores de R\$ 1.000,00

para pessoas físicas e R\$ 2.000,00 para pessoa jurídica. Fizemos um CD da Música dos País de Caruaru para os músicos que não conseguem destaque divulgarem seus trabalhos e foram aprovados 20 artistas com músicas autorais. Além da parcerias com inúmeros conservatórios de música para qualificá-los. Para edital do CD foram 80 inscritos e 20 aprovados. Fizemos também um edital de livro Asas da Palavra do país de Caruaru com 54 inscritos e 50 contistas contemplados de todas as áreas da literatura. É uma parceira com Companhia Editora de Pernambuco – CEPE que terá uma tiragem de 1000 exemplares, sendo 10 para cada contemplado e 500 para as bibliotecas públicas do município e já fechamos para ter 2º edital. Fizemos uma Semana Viva Gonzaga com a proposta de cada músico de Caruaru cantar uma música do mestre. Temos a Semana de Fotografia que a partir desse Conselho que estar em itinerâncias nas escolas municipais. Fizemos Festival de Cinema de Caruaru e Semana da Consciência Negra. Houve a interferência de um participante que mencionou a folgueira de Xangô em respeito as religiões de matrizes africanas no ciclo junino. Há um registro lamentável que gostaria deixar registrado é que conseguimos 12 milhões de captações de recursos para São João e o valor dado pelo governo estadual foi de 400 mil.

**Jocimar Gonçalves** explicou que a gestão precisa compreender que o conselho é uma instância independente e bastante democrática tendo inclusive como membros representações governamentais. Como bem colocado pelo Sr. Rubens Júnior se um edital que o conselho aprovou dê certo os bônus são da gestão e passar um edital por um conselho é a garantia de vários olhares diante da sua vasta composição. Dizer que a Prefeitura de Caruaru está de parabéns por passar os editais pelo Conselho Municipal de Caruaru.

**Lucivan Max** registrou que fez parte também do Conselho Municipal de Caruaru e foi membro da Comissão de Projetos Especiais e pasmem o governo abriu mão das representações governamentais e foi todo ocupado pela sociedade civil com total liberdade. Ficamos preocupados quando o governo municipal tratou que pagaria os artistas que trabalhasse no Ciclo Junino até 60 dias após suas apresentações. Outra coisa a opção de entrega de documentação via e-mail. Por fim a transparência dada pela Prefeitura com apresentação do orçamento do Ciclo Junino e tudo que foi gasto.

**Raquel Franco** estou como representação da Secretaria Estadual da Mulher e também como artista. Parabenizo o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura e o incentivo dado pela Prefeitura. Deixo minha indicação para Conselho de que haja políticas públicas de cultura voltadas para mulheres.

**Herlon Cavalcanti** acrescentou elementos para fala anterior que foram feitas atividades, no dia 08/03, voltadas para mulher em Caruaru. Ressalto que não é fácil para quem é do Agreste, eu tive oportunidade de ser representante do Agreste pela Fundarpe e hoje estou como diretor de cultura de Caruaru mas sempre coloquei a importância de ter ações do Estado em Caruaru. Os editais criados pelo município são provas reais de democratização da política.

**Maria do Livramento Aguiar** – Lívia Aguiar parabenizou acolhida e estamos no segundo mandato do Conselho Estadual de Política Cultural, no segmento de artesanato, e é a primeira vez que fazemos uma reunião descentralizada. Esperamos fazer mais 4 reuniões descentralizadas e a escuta de Caruaru é importante para diretriz de prioridades. Há um Plano Estadual de Cultura construído por um coletivo do qual fiz parte mas ainda há o desafio de implantar. Fico feliz em vez inúmeros avanços no âmbito da cultura a nível municipal. Deixo uma pergunta qual o maior desafio hoje para os Conselheiros do Conselho Municipal de Cultura?

**Geovana Andrade** sou artista plástica e resido no Alto do Moura. Não é bem uma fala e sim uma provocação e fico triste de escutar que para o São João houve o aporte de apenas 400 mil reais para Caruaru e fico mais triste com a situação das cidades menores. O Conselho Estadual de Política Cultural deve estar atento as bandas que tocam nas cidades do interior. Não existe espaço para cultura de qualidade nas pequenas cidades, isso não tem um só culpado e os Conselheiros Estaduais tem que se apropriar dessa realidade. Procurem saber o que essas Secretarias de Cultura apresentam aos cidadãos dessas cidades.

**Amélia Campello** colocou que todos os presentes a conhecem e só na Fundarpe tem 38 anos, tenho um respeito pela minha Instituição, a qualificação da equipe técnica. Para esclarecer as festas dos ciclos festivos o governo estadual abre editais, agora o governo não pode interferir na autonomia dos municípios.

	<p><b>Geovana Andrade</b> pediu para falar que colocou o olhar das prefeituras quanto as apresentações culturais.</p> <p><b>Teresa França</b> destacou a importância desse momento e quero pedir para não ser somente um evento, no sentido, de que passamos por aqui e seguimos para outro locais. Quero parabeniza Geovana Andrade pela fala. Seria importante refletir até que ponto Prefeito ou Governador ou Presidente podem escolher banda e se for lei revoga. Outro ponto é a comunicação devíamos estar, no auditório maior, com a comunidade. Temos que parar de falar com nós mesmos e colocamos novos atores. Por fim represento o segmento de matriz africana, no Conselho Estadual, extremamente negado e discriminado. Estamos aqui é uma conquista e sempre digo que juntos e juntas somos fortes mas unidos somos imbatíveis.</p> <p><b>Adélia Colier</b> reforço que quantos conselheiros estaduais fiscalizamos. Antes de vim para essa reunião fiz algumas articulações com pessoas do meu segmento design e moda e aproveito a reunião para levar demandas e com isso construir uma política pública melhor.</p> <p>Nivaldo Jorge não queria defender o governo estadual mas como a participante se referiu ao CEPC quanto a qualidade das apresentações, nos ciclos festivos, nas cidades do interior e estou no segundo mandato representando a sociedade civil faço esclarecimentos. Faltou falar que estou como diretor de cultura da Ilha de Itamaracá na essência não é bem assim o ente estadual manda dinheiro e o prefeito investe em bandas que não representam a cultura local. No carnaval a Fundarpe e a Secult dos 185 municípios como o dinheiro é pouco só foram contempladas 22 cidades e há uma quota e só pode escolher o que estiver lá. Agora vou tratar de outra realidade eu vivo da minha profissão e sou curador da Fenearte que atende 70% do Estado de Pernambuco. Tem se alameda dos mestres, depois os individuais com 300 vagas se abre para pré-inscrições e que for aprovado pagará R\$ 3.200,00 foram mais de 1.000 inscritos e apenas 300 selecionados. Os 1.141 que ficaram de fora são bons mas não cabiam. Coloco como proposta para CEPC, nas próximas reuniões, chamem representações da Fundação de Cultura, das Secretarias de Turismo e Cultura para falar das contratações musicais. Os conselheiros do CEPC fazemos a nossa parte de fiscalizar e peço que fiscalizem a questão do artesanato dentro da Fenearte como município. Vou fazer aqui uma ressalva quanto ao Festival de Inverno de Garanhuns que tem um parque de artesanato que já foi todo de política pública e agora estar com serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. Esse parque tem 76 estandes e apenas 20 ficam para Fundarpe e dinheiro para Sebrae montar o parque provém da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – AD Diper. Aqui não só defendo governo como acabaram de ver mas os ciclos festivos têm sim editais. O CEPC tem que tomar conhecimento da questão dos municípios no caso da Fenearte porque tem prefeito que entrega os estandes. Agora com os palcos não é bem dessa forma.</p>
<b>Audiovisual no Agreste e Empresa Pernambucana de Comunicação / TVPE “Situação e Produção Local”;</b>	
	<p><b>Felipe Peres</b> saudou todos presentes através do Sr. João do Píano que foi o homenageado da TV Pernambuco nos 35 anos da emissora. A TV Pernambuco tem sede em Caruaru e por isso pedir para inserir como ponto de pauta. Ressalto que é a única emissora do Brasil que tem no conselho gestor participação de membro da sociedade civil de forma eleita. A conselheira, <b>Teresa França</b>, falou da nossa dificuldade de comunicação somente fica entre os fazedores da cultura e que precisamos extrapolar para vinda de outros atores e será utilizando os veículos que temos mãos na sociedade. A TV PE é um veículo que estar na Empresa Pernambuco de Comunicação e é mantida com dinheiro dos contribuintes então é importante pensar em estratégias para utilizá-las. Alguém de Caruaru já assistiu alguma coisa do canal 12 pode ter sido o futebol de Rubens Júnior ou Márcio Neves produtor do Agreste que coloca conteúdos. A TV PE tem 60 concessões de rádio difusão e imaginem o poder de ter uma televisão ligada a 60 municípios do Estado a diferença que poderíamos fazer em questões do âmbito cultural. Há prestações de serviços que estão previstas em lei, tem o EPC lab que é uma parceria de comunicação, além da TV PE Escola. Temos o sistema golfinho de comunicação que por lei devia estar com as concessões de Fernando de Noronha já foi protocolado junto à Casa Civil para ter essas duas concessões. Fora isso dentro do Portal da Empresa Pernambucana de Comunicação – EPC e a fim de acabar com as políticas de balcões criamos um formulário de fluxo contínuo que qualquer pessoa pode acessar através portal.epc.com.br. Lá terá uma aba virada digital para enviar suas propostas por exemplo vídeos clipes e poderá ser colocado nos intervalos das programações, deverá a chegar milhares de pessoas. Encontrará no portal orientações como por exemplo tipo de arquivos e caso ainda haja dúvidas tem a opção fale conosco. Hoje a lógica não é apenas ser TV e sim ter uma interface com a internet. Vou falar também dos últimos 2 anos da TV PE para todos ficarem a par e exercerem o seu poder. Temos como colocar apoios a divulgação quanto a eventos e já colocamos conteúdos de festival de cinema no interior. Esses</p>

	<p>conteúdos tem que estar alinhados com o perfil da TV pública. Se enviarem um material de 30 segundos podemos colocar na TV. Temos como colocar conteúdo local por sermos uma instituição pública estadual só precisamos estabelecer como criar esses conteúdos e fortalecer a ECP nos âmbitos de audiências públicas e outros espaços de debates. Há também como produtor gerar conteúdo e receber os créditos se transmitido na TV Penambuco. Sou servidor efetivo da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e estou como Vice Presidente da EPC além de responsável pela área de produção. Outro avanço conseguimos digitalizar em Caruaru (2018), Recife (2018) e Petrolina (2019) e nestes três lugares pegamos bem, além de outro dado em Caruaru temos a potência de transmissão e a qualidade de imagem é ótima atingindo até as zonas rurais. Conseguimos fazer uma grande articulação com Agência Nacional de Cinema – ANCINE e aproveitamos um edital chamado virada cultural da TV PE para marcar essa virada e com apenas R\$ 300 mil do Governo Estadual, termos acesso à R\$ 13 milhões e 500 mil. Esse dinheiro para um edital para sociedade produzir conteúdos e esses projetos já estão na ANCINE contado com as definições do governo federal. Estamos a prestar serviços de audiovisual e enviamos proposta para Assembléia Legislativa de Pernambuco que precisava desse conteúdo. Saimos de 500 mil obtido com compartilhamento de antenas para 2 milhões somente com gestão que é ideia e trabalho. Conseguimos 300 mil reais de publicidade institucional ao transmissão o ciclo carnavalesco e vamos pleitear que outras Prefeituras adquiram quotas de publicidades.</p> <p><b>Miguel XXX</b> se identificou como representação de design e moda do Conselho Municipal de Cultural e membro da sociedade civil no conselho de administração da EPC que faz um processo de cidadania ativa. A uma necessidade urgente de se colocar como ponto de pauta a comunicação pública como prioritária. O nosso reconhecimento ao mínimo que se tem dentro da emissora e demarcar a necessidade urgente do CEPC colocar a temática da comunicação pública no seu radar.</p>
--	--

**Minuta de Parecer Técnico da Convocatória de Ocupação de Pautas do Teatro Arraial**

	<p><b>Jocimar Gonçalves</b> por fim para encerrar a pauta, vou apresentar uma proposta de parecer técnico que a cada 6 meses o conselho precisa indicar um representante de teatro, dança e circo para cuidar das pautas do teatro arraial. Sugerido toda vez ser feito e proponho ter esse após aprovação pela plenária, mudará o histórico do artista que está sendo indicado. Até mesmo para Teatro Fernando Santa Cruz que são bem parecidos e nesse caso mudará a legislação.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>PARECER TÉCNICO</b></p> <p>O Conselho Estadual de Política Cultural, sobre a presidência de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, relativo à indicação de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, para participação da comissão de seleção de propostas da <b>Convocatória de Ocupação de Pautas do Teatro Arraial Ariano Suassuna – 2020.1</b>, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em xx/xx/xxxx, em conformidade ao item 8.2 do edital de convocatória de ocupação de pautas do Teatro Arraial Ariano Suassuna – 2020.1.</p> <p><b>Histórico do participante:</b></p> <p><b>Reconhecimento do mérito e valor cultural do evento:</b></p> <p>Para a garantia da democratização do plano de gestão pública que prevê a ocupação do Teatro, faz-se necessária a manutenção do lançamento de Convocatórias Públicas, a exemplo da prevista neste projeto, enquanto instrumento do processo democrático, representando continuidade daqueles realizados a partir do ano de 2011.</p> <p>O projeto prevê a concessão de um incentivo à manutenção de temporada, o qual será concedido após a realização das sessões previstas em Convocatória Pública a ser lançada, para cada um dos 03 lotes de pauta licitados. O valor bruto a ser pago, com os descontos legais previstos em lei, será o resultado do quantitativo de público, obtido através do somatório dos borderões de cada sessão, considerando o valor único de R\$ 10,00 (dez reais) por cada assento ocupado. Além disso, a produção dos espetáculos terá direito ao montante arrecadado pela bilheteria, com retenção pelo Teatro de 10% (dez por cento) do valor bruto, conforme disposto em seu Regimento Interno, sendo descontado no ato do fechamento de cada borderô, dando-lhe respectiva quitação.</p>

O projeto se justifica pelo objetivo de fomento às artes cênicas do Estado, pela dinamização do espaço e pela orientação de que em função de tratar-se de um equipamento cultural com apenas 94 lugares, não se estabelece auto rentabilidade para as produções, além de o incentivo financeiro promover o trabalho de divulgação da programação do Teatro pelos próprios produtores culturais.

O Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco – CEPC-PE, é um órgão colegiado, propositivo, consultivo e deliberativo, instituído pela Lei nº 15.429, de 22 de dezembro 2014 e regulamentado pelo Decreto nº 41.777, de 27 de maio de 2015, com jurisdição em todo o território pernambucano, vinculado à Secretaria de Cultura-SECULT e tem por finalidade proporcionar a participação democrática da sociedade no desenvolvimento de políticas, programas, projetos e ações conjuntas no campo da cultura, por meio da gestão compartilhada, entre o Governo e a sociedade civil, em conformidade com os princípios e as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura-SNC.

Conforme o Art.2º deste Decreto, compete ao Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco – CEPC-PE:

I - propor princípios, normas, diretrizes e linhas de ação da Política Pública de Cultura do Estado de Pernambuco;

II - aprovar os planos de cultura estadual, regionais e setoriais a partir das orientações emanadas das conferências e fóruns, no âmbito das respectivas esferas de atuação;

III - acompanhar e fiscalizar a execução do plano estadual de cultura;

IV - propor ao Poder Executivo alterações nas diretrizes do Fundo Pernambucano de

Incentivo à Cultura - FUNCULTURA, criado pela Lei nº 12.310, de 19 de dezembro de 2002;

V - fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos em decorrência das transferências entre entes da Federação; e

VI - fomentar a constituição e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Política Cultural.

Baseado nessas competências, o CEPC, que reúne a representação de conselheiros da sociedade civil de 20 segmentos culturais eleitos democraticamente em fóruns específicos e mais 20 outros de entidades do poder público, ficou decidido em deliberação em uma de suas reuniões ordinárias, que é legítimo e da maior importância, que caiba ao Conselho, pelo menos, uma indicação para composição de comissões de seleção de editais e convocatórias feitas pela Secult/Fundarpe, o que aconteceu a partir da primeira indicação, registrada na Ata da 20ª Assembléia ordinária do CEPC, no dia 13 de setembro de 2017 e que vem ocorrendo desde então.

A indicação da Mestre em Artes Cênicas e produtora cultural XXXX contribui para a comissão de análise, por sua competência e qualidade técnica, artística e profissional, tendo o seu reconhecimento no meio cultural pernambucano.

Análise do alinhamento da proposta às respectivas políticas públicas (art. 16 da Lei Nº 14.104/2010):

Concordamos que a proposta em tela está de acordo.

Recife, xx de fevereiro de xxxx.

Atenciosamente,

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

	Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural
--	--